

Governo avalia hoje 'estabilidade flexível'

MARIA LIMA

BRASÍLIA — A Câmara Setorial de Reforma do Estado poderá aprovar hoje a proposta de emenda que acaba com a estabilidade plena dos servidores públicos — exceto para militares, diplomatas, juizes e funcionários da Receita Federal, do Tesouro e da Polícia Federal. Aprovada, a emenda será incluída pelo Governo entre as propostas de reforma a serem votadas pelo Congresso.

O projeto, que representa uma revolução no tratamento do funcionalismo público, já foi discutido com os ministros da área e será apresentado hoje pelo ministro da Administração e Reforma do Estado, Bresser Pereira. A emenda estabelece também a possibilidade de demissões por "insuficiência de desempenho" e "excesso de quadros".

— O funcionário precisa entender que a reforma não será feita contra ele. Com a estabilidade flexível, os servidores vão procurar melhorar. Isso é importante para valorizá-lo. No caso de incompetência, o funcionário terá uma chance de melhorar seu desempenho antes de ser demitido — disse o ministro.

Outra novidade é a divisão do Governo federal em três níveis. O "núcleo estratégico" agregará o Legislativo, o Executivo e o Judiciário. O setor de "serviços monopolistas" incluirá fiscalização, seguridade social, controle e compra de serviços. O terceiro nível, dos chamados "serviços competitivos", vai abranger universidades, hospitais e museus, que passarão a ser considerados "organizações sociais" ou "instituições públicas não-estatais".

As instituições deste setor terão um tratamento diferenciado, recebendo somente os recursos previstos no orçamento, para o essencial. Verbas adicionais terão que ser buscadas em parcerias com a sociedade ou mediante a prestação de serviços.